

MEMÓRIA E ARQUIVOS NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Roberta Pinto Medeiros
Doutora em Memória Social | UFRJ
roberta.furg@gmail.com

MEDEIROS, Roberta Pinto. **Memória e arquivos no contexto dos movimentos sociais.** In: Projeto SESA ON-LINE. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yXQN31ca8Ps>. Acesso em: 20 dez. 2021.

A palestra “Memória e arquivos no contexto dos movimentos sociais” apresentada por Medeiros (2021) pelo Projeto SESA ON-LINE no âmbito da 5ª Semana Nacional de Arquivos, promovida pelo Arquivo Nacional do Brasil, que teve como tema o empoderamento dos arquivos. Assim, a palestra abordou sobre a relação dos arquivos, memória e movimentos sociais de forma a conectar com o tema da 5ª Semana Nacional de Arquivos.

Os movimentos sociais, também podem ser encontrados como organizações não governamentais ou como coletivos, representam no contexto das democracias o seu pleno exercício, na medida em que ampliam a gama de atores que neles atuam e representam os anseios do grupo que os organiza. Tais grupos podem ser feministas, negros, povos indígenas, estudantes, sem terra, gênero, entre tantos outros. Consequentemente, os movimentos sociais são fundamentais também para o estabelecimento de políticas públicas e em muitos casos funcionam como uma representação da realidade social.

Ainda, os movimentos sociais no Brasil podem ser considerados como agentes sociais e políticos, sobretudo, quando suas ações recaem nos aspectos de identidade das comunidades alvo que, por sua vez, pautam-se nas memórias que o grupo vai construindo – e documentando – ao longo de sua existência (MEDEIROS, 2020). Portanto, entende-se que os movimentos sociais são resultado de uma ideologia coletiva de agrupamentos sociais, ou seja, originam-se de uma necessidade social, por exemplo a busca de igualdade na efetividade de um direito civil ou social, ou o reconhecimento de uma política voltada para diminuir desigualdades (GOHN, 2015).

O Brasil tem uma longa história de lutas por direitos civis, sociais e políticos que se iniciaram já na época do período colonial, passando pelo período imperial com as revoltas regionais e os movimentos abolicionista e republicano, e no início do século XX com a Greve Operária e as tentativas de golpe durante a Era Vargas. Na década de 1970, essas lutas tiveram uma intensificação durante a ditadura militar, quando surgiram o Movimento dos Sem Terra (surgiu no final da década de 1970 com ocupações de terra), o Movimento Estudantil, o Movimento Feminista (movimento sufragista, direito à educação, direito ao divórcio). Nota-se que cada movimento tem seu objeto específico de luta. No entanto, todos expressam as contradições econômicas e sociais da sociedade brasileira, bem como a defesa e garantia da democracia, que é vista como um bem universal.

Assim, os movimentos sociais são resultados de uma ideologia coletiva de agrupamentos sociais, ou seja, nascem de uma necessidade social, como a busca de igualdade na efetividade de um direito ou de reconhecimento de uma política de inclusão social e de reparação das injustiças (MEDEIROS, 2020). Os movimentos sociais buscam mudanças na sociedade por meio de ações sociais.

Por isso, considera-se que os arquivos podem apresentar-se como lugares de construção de memória, na medida em que acomodam um acervo documental, cujo teor registra um substrato de conteúdo que significa construir a memória a respeito de determinado momento histórico. Logo, entende-se que o arquivo é um lugar que disponibiliza informações e permite construções de memórias, na medida em que são lugares onde os documentos estão armazenados e onde os pesquisadores (usuários) têm o potencial de transformar esses lugares e as informações ali contidas em memórias a partir do momento que reconstroem a história com a ajuda de testemunhos (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999).

Daí a importância de se promoverem arquivos dessa abrangência, pois, muitas vezes, é neles que se encontram salvaguardados os direitos individuais e coletivos dos cidadãos. Portanto, esses documentos podem reconstruir a memória latente e essa reconstrução afasta o esquecimento. Logo ressignifica o direito de conhecer o passado, o direito à privacidade, o direito à verdade, portanto, o direito à identidade nacional, à construção e transmissão da história e o direito ao respeito da pluralidade de memórias (MEDEIROS, 2020).

Logo, os arquivos representam, por meio da informação que preservam, uma memória de resistência de um determinado grupo ou sujeito, permitindo o respeito à

pluralidade de memórias e de identidades. O exercício de direitos coletivos e individuais, a partir do uso de documentos preservados em arquivos, pode ser a expressão do vigor democrático de uma nação (MEDEIROS, 2020). Logo, a potência informativa dos arquivos deve ser reconhecida também como fonte de comprovação, uma vez que seus conteúdos favorecem o acesso a direitos coletivos e individuais, além de transformações sociais (CATELA, 2002).

Para complementar o discurso da palestra, trouxe-se alguns exemplos (*prints* dos sítios) de coletivos no Brasil. Iniciou-se com o movimento feminista com os coletivos Tamo Juntas (2021), que inclui também pautas relacionadas ao movimento de gênero, e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (2021), que além de promover o movimento feminista, também inclui cursos direcionados para a sociedade ou para grupos de mulheres. A apresentação de exemplos seguiu para o movimento LGBTQIA+, movimento que luta por direitos relacionados a gêneros, como os coletivos AzMina (se intitula como movimento feminista, mas inclui na pauta lutas de gênero) (2021) e o Não Me Kahlo (2021), ambos exemplos trazem notícias atuais sobre as pautas que defendem em seus portais, incluindo questões de política, de violência e de saúde.

Continua com o portal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2021), o qual possui o como pauta principal a luta e demarcações de terras, incluindo demarcações de terras dos povos indígenas, além disso, o portal traz informações a respeito das ações promovidas pelo Movimento, notícias, cursos, palestras, campanhas, entre outros. Juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trouxe-se o coletivo Teia dos Povos (2021), que ergue a bandeira dos povos indígenas, e luta, principalmente, pelas demarcações de terra e aborda sobre garimpos ilegais.

Dos portais do movimento negro trouxe-se dois exemplos, o Instituto Marielle Franco (2021) e o Portal Geledés Instituto da Mulher Negra (2021). O primeiro inclui diversas pautas e ações do movimento negro e ainda traz uma ação que se chama Mapa dos Coletivos, a qual tem como objetivo identificar os movimentos, organizações ou coletivos do mundo e por meio dessa ação fortalecer os laços e levar o legado de Marielle Franco para diversas comunidades. O Portal Geledés nasceu na década de 1980 e tinha como principal objetivo a inclusão da mulher negra na sociedade, com o passar dos anos incluiu outras pautas, mas sempre voltada pela luta negra. Ainda sobre portais de movimentos, trouxe o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de

Porto Alegre (2021), que é uma organização que luta pela defesa dos direitos humanos de grupos sociais, de indígenas, de negros, de LGBTQIA+, ou seja, a sociedade no geral.

Para finalizar os portais de coletivos, trouxe um *print* do sítio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o qual carece de informações sobre os movimentos sociais ou coletivos, bem como uma identificação de como encontrar um coletivo próximo ao cidadão, enfim, o órgão executivo responsável por um assunto tão importante, mas ao mesmo tempo é ausente desse.

Conclui-se a fala com algumas imagens das redes sociais (Instagram e Twitter) de cartunistas e ilustradores brasileiros, como Daniel Lafayette, Heloísa D'Angelo, João Montanaro e Leandro Assis. Essas ilustrações estão relacionadas com o momento político, econômico e social em que o País vive. Portanto, servem de representação social e de levantamento e posicionamento de lutas.

Logo, os movimentos sociais, assim como as instituições criadas em sua defesa podem ser considerados lugares de memória, podendo ser caracterizados como memórias vivas e testemunhos de fatos que ocorreram no passado, pois impedem que a memória caia no esquecimento da sociedade, já que os movimentos sociais têm como principal característica o dinamismo, ou seja, estão sempre em busca de algum direito para o grupo que representa.

REFERÊNCIAS

AZMINA. Instituto AzMina. 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br>. Acesso em: 08 jun. 2021.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: Ludmila da Silva Catela; Elizabeth Jelin. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madri: Siglo Veintiuno de España editores, 2002, p. 195-221.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. 2021. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br>. Acesso em 08 jun. 2021.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br>. Acesso em: 08 jun. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Archivos y Derechos Humanos. **Boletín de la ANABAD**, Tomo 49, no 3-4. Espanha, 1999, p. 371-389. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=50027>. Acesso em: 10 mar. 2019.



MEDEIROS, Roberta Pinto. **A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo**. 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MJDH. Movimento de Justiça e Direitos Humanos, RS. 2021. Disponível em: <https://www.direitoshumanosbr.org.br/inicio.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Brasil. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PORTAL GELEDÉS. Geledés Instituto da Mulher Negra. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

TAMO JUNTAS. Organização Tamo Juntas. 2021. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br>. Acesso em: 08 jun. 2021.

TEIA DOS POVOS. Articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. 2021. Disponível em: <https://teiadospovos.org>. Acesso em: 08 jun. 2021.